

# Galvêas leva proposta a credores dia 14

34

MILANO LOPES

Quando o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central se reunirem, quarta-feira, em Nova York, com o comitê de banqueiros credores do Brasil, abrindo a fase 3 da negociação visando ao refinanciamento da dívida externa brasileira, já terá pronta a estratégia que será seguida nas conversações, e que se compõe, basicamente, de seis pontos:

- 1) — Negociação multianual, englobando os créditos vincendos no período 1985/88, correspondentes a US\$ 57,4 bilhões;
- 2) — Dispensa de *fresh money*, ou dinheiro novo, ou "jumbo", compensando-se com um aumento dos créditos comerciais;
- 3) — Dispensa da carência, de forma que os pagamentos serão iniciados já a partir de 1985, embora representem uma pequena parcela dos créditos a vencer;
- 4) — Manutenção do acordo trienal com o Fundo Monetário Internacional;
- 5) — Utilização da *Libor* e não da *prime rate* como taxa de referência;
- 6) — Reivindicação de menor *spread* (taxa de risco), algo em torno de 1,5%, e eliminação das comissões.

A questão que mais tem sido objeto de discussões e divergências é a dispensa de *new money*. Os ministros do Planejamento e da Fazenda admitem que os banqueiros consideram essa idéia mais do que estimulante, para permitir uma negociação rápida, embora a expectativa é de que tudo somente seja fechado a partir de 15 de janeiro, quando se conhecer o desfecho sucessório. Mas insistem em que não há, efetivamente, necessidade de recursos novos, e acham que o Brasil não deve deixar passar a oportunidade de congelar o crescimento de sua dívida externa e começar, afinal, a reduzir a dependência dos créditos vindos do Exterior.

O argumento de Delfim, sustentado por documentos elaborados pelo Ipea, é o de que acabou o pico dos maiores investimentos estatais nas áreas de energia (principalmente hidrelétrica) e da indústria siderúrgica, com a virtual conclusão de Itaipu e de Tucuruí, a conclusão da Companhia Siderúrgica de Tubarão e o término, na dependência de pequenos investimentos, da Açominas e dos programas de expansão da CSN.

Há, portanto, uma folga considerável, que se ampliará principalmente a partir de 1986, quando praticamente não haverá nenhum investimento governamental de expressão, nem mesmo nos projetos da Vale do Rio Doce, no Sul do Pará (Ferro-Carajás, Alunorte e Albrás), que também terão ultrapassado o pico de investimentos.

A posição de Delfim é, também, sustentada por seu antecessor na Seplan, o professor Mário Henrique Simonsen, que utiliza um argumento forte: dos US\$ 6,5 bilhões do "jumbo", a duras penas obtido o ano passado dos quase 600 bancos credores do Brasil, pelo menos US\$ 3 bilhões ainda permanecem sem utilização, por falta de tomadores. Como pensar, agora, em mais dinheiro?

Delfim, por sua vez, argumenta com o que ele considera uma sólida posição das reservas, que admite possam alcançar, até o final do ano, perto de US\$ 8 bilhões. Segundo o titular da Seplan, com todo esse dinheiro o Brasil poderá tranquilizar-se, pois não necessitará de reforço de caixa, principalmente quando projetar um saldo comercial que poderá chegar a US\$ 12,4 bilhões, mesmo

admitindo acanhados níveis de crescimento da economia mundial, em torno de 3,7%.

## Sem carência

É com base nesse mesmo argumento que o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, considera desnecessária a exigência de carência de quatro a seis anos para o pagamento das parcelas roladas do principal. Pelos seus cálculos, pagar US\$ 2 bilhões de principal em 1985 e mais cerca de US\$ 12,4 bilhões de juros não sacrificaria as contas externas nem mesmo causaria a menor erosão nas reservas.

Ao defenderem essa postura que, a propósito, também é dos banqueiros, os ministros da área econômica jogam com números saídos de um cenário imaginado pelo Ipea para 1985, e pelos seus técnicos considerado conservador, que projeta exportações de US\$ 28 bilhões e importações de US\$ 15,6 bilhões, gerando um saldo comercial de US\$ 12,4 bilhões, suficiente para pagar as despesas com os juros, do mesmo montante, considerando uma taxa média de 12,5% da *Libor*.

Com um déficit de US\$ 3,2 bilhões em outros serviços, expressão numérica, também, do déficit em contas correntes, sua cobertura também se faria sem apelo às reservas, apenas utilizando os ingressos do Banco Mundial, estimados em US\$ 2 bilhões, do BID, perto de US\$ 500 milhões, os investimentos diretos, de US\$ 1 bilhão, e mais os créditos governamentais. Todo esse cenário corresponderia a um crescimento industrial próximo aos 7% esperados para este ano, a uma expansão de 6% nas exportações e de 7,5% nas importações e a uma variação positiva do PIB de 4%.

## Acordo

Quanto à manutenção do acordo com o FMI, o ministro da Fazenda considera medida acautelatória por duas razões básicas: 1) — Os recursos são de baixo custo, comparativamente com o preço do mercado, garantindo um reforço de caixa, no próximo ano, de US\$ 1,6 bilhão; 2) — Mantendo-se em vigor o ajuste com o FMI, será mais fácil negociar com banqueiros e o Clube de Paris, que têm no Fundo o seu principal avalista do bom comportamento do programa de ajuste interno e externo do País.

Os negociadores sabem que enfrentarão a resistência dos banqueiros para reduzir o *spread*, e não contam com uma queda drástica, para enquadrar-se no 1,1% concedido aos mexicanos, embora se satisfaçam com 1,5%, de qualquer forma inferior aos 2,1% negociados na fase 2. Quanto à dispensa das comissões, há o temor de que a concordância dos banqueiros seja procedida da exploração, também feita ao México, da antecipação de uma parcela de um "empréstimo jumbo".

Seja como for, Delfim sustenta que não houve endurecimento da parte dos banqueiros e lembra que em março eles o advertiram de que a negociação que se faria com o México serviria de piso para a negociação com o Brasil. O que se observa, entretanto, é a tendência do comitê de banqueiros de uniformizar as condições básicas da renegociação com os maiores credores latino-americanos, com apenas pequenas diferenças, atendendo a situações também específicas, como no caso da Venezuela e do México, exportadores, e do Brasil, importador de petróleo (Brasília — Agência Estado).



Galvêas e Marcílio dispensam novos créditos, mas Baptista Jr. prevê apertos para 85